



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 5^a LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 30^a
(TRIGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 16 DE ABRIL DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Recebo a justificativa de ausência do Deputado Chico Leite.

Saúdo e cumprimento todos os amigos, as lideranças, os pastores, os padres, que hoje nos trazem a graça e o privilégio de compartilhar conosco esse momento histórico em que queremos votar o segundo turno do projeto que trata da regularização das igrejas.

Convido o Deputado Wilson Lima, Primeiro Secretário, a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 29^a Sessão Ordinária.

Foi distribuída aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas uma errata da Ordem do Dia. Informamos que o Item nº 12 refere-se à votação, em segundo turno, do PLC nº 121, DE 2009, com a seguinte ementa: "autoriza a doação à União



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	2

dos imóveis que menciona, localizados na Região Administrativa de Taguatinga – RA III”.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Ainda na há *quorum* para deliberação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar e cumprimentar os pastores evangélicos que estão aqui, as entidades sociais que aguardam a votação do projeto das igrejas em segundo turno e redação final. Se Deus quiser, sairemos daqui hoje com essa vitória! Quero cumprimentar todos os assessores, o pessoal da imprensa e todos os funcionários desta Casa.

Subo a esta tribuna para dizer da minha preocupação com o funcionamento da Clínica de Oncologia do Hospital de Base de Brasília. Documentos chegaram ao meu gabinete informando que o diretor do Hospital, a chefia imediata, retirou os médicos residentes daquela unidade, e não há como internar os pacientes só com os médicos lotados naquela clínica. Com a retirada dos residentes, não é possível haver internações.

Ora, Brasília faz 49 anos, e o brasileiro, seja lá de que parte do Brasil for, tem direito a tratamento. Antes era São Paulo — até fui operado no Hospital das Clínicas —, mas hoje Brasília desperta no cenário nacional como a esperança dos brasileiros, principalmente dos brasilienses, para a cura, para o tratamento de saúde. O problema do câncer não espera. É preciso uma medida enérgica, é preciso uma medida concreta da Secretaria de Saúde para não deixarmos aquela unidade padecer na UTI.

Eu sou Governo, e o Governador Arruda tem feito muito por Brasília e tem escolhido a dedo seus secretários. Faço aqui um apelo ao Secretário de Saúde e ao Diretor do Hospital de Base para que não deixem aquela clínica morrer, porque, antes que ela morra, muita gente vai morrer por falta de tratamento, de acolhimento e de medicação necessária.

Portanto, subo a esta tribuna para manifestar o meu descontentamento. Sei que não sou só eu. Estou falando, também, em nome daqueles que padecem do mal de câncer, porque essa é uma doença que não dá trégua e mata muitos brasileiros



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	4

por dia, por mês e por ano. Não podemos deixar acontecer algo que está sob nossa responsabilidade, sob a responsabilidade dos eleitos, das pessoas que ocupam os cargos, das pessoas que foram nomeadas, dos médicos e enfermeiros concursados e de quem de direito.

Estou aqui fazendo um apelo para que o nosso Secretário de Saúde volte atrás ou dê outra solução. O pessoal da oncologia não pode ficar sem ser recebido, sem ser acolhido, sem ser internado e sem receber medicação.

Subi nesta tribuna outro dia para criticar uma tomada de decisão. Aqui, nesta Casa, foi aprovada a Lei do Parto Solidário, que permite à gestante ter um acompanhante na hora do parto. À época, o Governador Roriz falou: "Olha, o secretário não quer que essa lei seja aprovada, eu vou vetá-la. Os médicos não aceitam!". E assim mesmo esta Casa a aprovou. O Governador vetou, nós derrubamos o veto e a lei é constitucional, está valendo até hoje.

A Deputada Ideli Salvatti do PT, que àquele tempo era Deputada e hoje é Senadora, aproveitou o gancho da lei e apresentou projeto de lei na Câmara dos Deputados para que servisse nacionalmente. A Senadora Ideli Salvatti aproveitou a revisão da lei do SUS e fez uma emenda, dizendo que todos os hospitais do Brasil que recebessem dinheiro pelo SUS tinham que receber as parturientes com atendimento humanizado.

Pergunto aos Srs. Deputados, pergunto a toda a população de Brasília e às pessoas que estão nos assistindo no canal da NET: que mal cometeu a mãe? Que pecado ela cometeu ao conceber uma criança para, na hora de dar à luz, ser abandonada, ficar jogada e não ter ninguém?

Celebramos há poucos dias a Semana Santa, e numa das estações da Via Sacra se diz: Verônica enxuga o rosto de Jesus. A mulher parturiente, na hora do parto, tem, além das dores, os desconfortos, o suor e, às vezes, até a morte a persegue, o cansaço e tudo mais.

Então, não há sentido que um posto de saúde avançado para receber parturiente na área de São Sebastião, que atende à parturiente com acompanhante, para cumprir a Lei do parto solidário, seja fechado, os médicos sejam retirados de lá e as parturientes remanejadas para outro local. Aquele lugar é muito distante e precisa da assistência do Governo àquelas pessoas mais pobres e mais necessitadas.

Quero apenas convidar todos os Deputados para que, na aprovação, peçamos ao Governo que faça as nossas leis serem aplicadas, porque elas só têm a beneficiar, e muito, a população. Muitos até torceram, alguns Deputados que passaram por aqui queriam o fechamento desta Casa. Eu não sei nem por que ele foi eleito. Foi eleito um deputado na legislatura passada que queria que a Câmara fechasse. Radical a maneira dele. Ele foi eleito e queria que a Câmara fechasse. Não voltou como deputado. Alguma coisa atrapalhou o caminho dele. Infelizmente, esse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	5

estava na contramão da história, porque esta Casa tem prestado um grande serviço para a população, tem aprovado leis justas, leis libertadoras para a população.

Acho de grande valia o trabalho dos Deputados aqui e as leis aprovadas. Quando aprovam uma lei aqui, ela deixa de ser do deputado e passa a ser da Câmara Legislativa, ela passa a ser de Brasília e quem sabe uma extensão para o Brasil, porque as outras câmaras copiam daqui também. O que é bom é para ser copiado e levado aos outros Estados. Portanto, quero homenagear cada um dos Deputados que aqui têm se esforçado em ir para o meio da comunidade, trazendo as idéias e as dificuldades da população, principalmente as de menor poder aquisitivo, para aprovar leis que vêm beneficiá-los e muito.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Agradeço ao Deputado Wilson Lima. Esta Presidência só queria dizer que a Escola do Legislativo, retomando as atividades do projeto Cidadão do Futuro, diz-nos que estão ali em visita à Câmara Legislativa, na galeria, os alunos e professores da 4^a série do ensino fundamental do Centro de Ensino LOGUS, de Samambaia Sul, a quem saudamos. Estão todos ali. Essa atividade, implementada nesta Casa em 1996, faz parte das ações de aproximação da Câmara Legislativa com a comunidade, desenvolvidas pelo Núcleo de Projetos Especiais da Escola do Legislativo do Distrito Federal.

Deputado Wilson Lima, antes de passar a Presidência a V.Exa., consulto se não seria o caso de trazermos os garotos aqui, por um breve momento, como fizemos com outros do Engenho das Lages.

Informo que o Deputado Wilson Lima vai explicar um dispositivo regimental que existe a respeito das sessões — S.Exa. é o decano. Por mim, viriam todos para cá, como fizemos com a Escola do Engenho das Lages.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, V.Exa., com muita propriedade, fez aqui um apelo, mas eu queria só explicar que a sessão já começou e, quando a sessão começa — isso é regimental —, apenas os Deputados e os assessores podem ter acesso ao plenário. Contudo, queremos agradecer à professora que trouxe os alunos a esta Casa e parabenizar todos os alunos, cidadãos do futuro e, quem sabe, futuros deputados que ocuparão algumas cadeiras aqui. Beijão para vocês. Bem-vindos à Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de começar saudando as nossas crianças que estão aqui e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	6

dizendo a elas: vocês dão outro brilho para esta Casa, que, em última instância, deve existir em função de vocês, que são prioridade absoluta segundo a nossa Constituição. Um grande abraço a cada um e a cada uma de vocês.

Quero dizer que, ontem, não pude estar presente na sessão em virtude de um debate que houve no Conselho Nacional de Saúde com o Secretário de Saúde do DF, Deputado Augusto Carvalho, e com a promotora da PROSUS Cátia Gisele Vergara. O Conselho Nacional de Saúde, órgão que traça a política de saúde para o País, estava reunido, como está até agora, com a participação de gestores, usuários e trabalhadores, que é a sua composição. O Conselho, que tem poder deliberativo, ontem foi agredido pelo Deputado Augusto Carvalho. Parece-me que o Secretário não sabe o que é o Conselho Nacional de Saúde, conquista da Constituição de 1988. Ali, o Secretário não soube explicar as perguntas que lhe foram feitas. Defendeu, sim, a terceirização do Hospital de Santa Maria e culpou o Ministério Público pelo fato de o hospital estar fechado, embora tenha sido inaugurado um ano atrás. Há um ano foi inaugurado, e continua fechado, mas deveria estar aberto, porque o Estado gastou por volta de 140 milhões para construí-lo e equipá-lo. Há 5 mil profissionais que, à época da inauguração, estavam devidamente habilitados para assumir o hospital. O secretário, ao insistir no processo de terceirização, simplesmente manteve o hospital fechado – e isso me parece um verdadeiro crime.

Porém, o fato de o hospital estar fechado não impediu o pagamento da Real Sociedade Espanhola. Eu repito que foi contratada sem licitação uma empresa que está sob investigação da CGU e do Ministério Público. Essa investigação aponta um desvio de 15 milhões em um contrato de terceirização do PSF/PAX, feito na Prefeitura de Salvador. Essa empresa recebeu, no dia 23 de março, quase 5 milhões de reais, recebeu R\$ 4.950.000,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta mil reais).

O Secretário Adjunto – o Secretário de Saúde não ficou durante todo o debate, que terminou depois das 22 horas – disse que isso fazia parte do contrato. Mas o hospital está fechado! O hospital está fechado! Dizem que será inaugurado dia 23, com apenas 10% dos profissionais que aquele hospital comporta, apenas 30 médicos, como um grande ambulatório. A população espera por esse hospital, que terá mais de 40 leitos de UTI, e o Estado não gastará com isso. Mas o Estado vai gastar mais de 100 milhões na contratação de leitos privados de UTI, também sem licitação. Isso ensejou uma resolução do TCU que aponta que não há mais emergencialidade. Ano após ano, 60% desses valores vão para o mesmo grupo hospitalar em contratação de leitos de UTI.

Nós gostaríamos que ontem o Secretário tivesse respondido a tudo isso. Porém, o secretário simplesmente me chamou de golpista. E disse ainda, Sr. Presidente, que o que estou apontando sobre a saúde do Distrito Federal é fruto de umas “inspeçõezinhas” que esta Casa faz. Como eu já disse, culpou o Ministério Público pelo fato de o hospital ainda não estar em funcionamento, porque o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	7

Ministério exige legalidade, o que não há. A empresa não apresentou o atestado de idoneidade financeira de 2008 a 2009 porque não o tem, e está sendo processada pela CGU.

Por fim, o Secretário disse que não iria se submeter a qualquer decisão daquele “conselhinho”, porque há uma soberania do Distrito Federal em estabelecer a política que ele queira estabelecer. S.Exa. não sabe que esse Conselho tem poder deliberativo. Não conseguiu explicar por que o DF tem o maior orçamento *per capita* do Brasil na área de Saúde e é o último lugar em cobertura de saúde da família e saúde bucal e penúltimo lugar em atenção à saúde mental do País.

Quero dizer ainda que a resolução que tomou o Conselho é de criar um grupo que negociará com a Secretaria para que ela mude a sua posição. Caso contrário, o Conselho, que tem poder deliberativo, suspenderá os repasses do Governo Federal ao Governo do Distrito Federal. Os conselheiros disseram que nunca haviam se sentido tão agredidos, e que já estiveram lá, pelos mesmos motivos, Alagoas, Sergipe, Pará. Disseram ainda que nunca representante algum desses Governos agrediu o Conselho como ele foi agredido no dia de ontem.

Sr. Presidente, temos a gravação de toda a reunião, que sempre é gravada, e a disponibilizaremos aos Deputados, a fim de que tenham a noção exata do que aconteceu no dia de ontem. Não falo do ataque ao exercício da minha função parlamentar, que é fiscalizar. Não sou golpista! Apenas gostaria que o secretário tivesse explicado por que a saúde no Distrito Federal mergulha a população em um verdadeiro caos, por que equipamento de raio X novo está encaixotado em Sobradinho e a população não tem o equipamento de raio X funcionando, por que o tomógrafo não pode ser utilizado em Sobradinho, no seu hospital – a subestação de energia não suporta nenhuma carga elétrica a mais.

Sr. Presidente, a população merece respeito. Chega de descaso! Saúde é coisa muito séria!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves, pela liderança do DEM.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores pastores de todas as igrejas, de todas as denominações, senhores Cristãos como eu, boa-tarde. Aproveito esta oportunidade para mandar um abraço aos alunos que estavam aqui presentes.

Sr. Presidente, eu começo protestando. Sabe, às vezes, eu fico pensando que a vida é interessante demais, o mundo dá muita volta. Eu fico pensando no Augusto Carvalho, que é meu amigo há muito tempo. Ele passou mais de 4 horas ouvindo o Conselho de Saúde. Gente, é tão difícil ser Governo! Dizem que “pegar no pé” é fácil, fazer é difícil. “Pegar no pé” é a coisa mais fácil do mundo! E o Augusto Carvalho é um Deputado eleito, uma pessoa íntegra, assumiu uma secretaria, e está lutando para colocar a Secretaria de Saúde no eixo. Não tenho nenhuma procuração



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	8

para defendê-lo aqui! Mas só gostaria de mandar um recado ao Conselho: Srs. Conselheiros, o Governo do Distrito Federal é democrata, com um governador legitimamente eleito pelo povo; não é governo do Partido dos Trabalhadores. Srs. conselheiros, se quiserem governar o Distrito Federal, candidatem-se, peçam votos, venham governar. Se quiserem ditar regras na saúde, na segurança pública e na educação, sejam governo! Caso contrário, é preciso diálogo. Não é por que está controlando, vamos repassar e tal. Não!

Vamos ver o que faltava, no governo passado do Partido dos Trabalhadores, na área de segurança. Não tinha nem papel para registrar ocorrência nas delegacias do Distrito Federal. O cidadão chegava lá, morrendo ou não, para registrar uma ocorrência e tinha de levar uma folhinha, um lápis ou uma caneta, porque não tinha papel, não tinha cartucho de impressora, não tinha absolutamente nada, o telefone não funcionava. Isso no governo do Partido dos Trabalhadores, que hoje vem aqui e fala bonito, critica o Governo do Distrito Federal em todos os aspectos.

Governar é difícil? É difícil! Falar é fácil. Senta-se numa cadeira e decide-se que se falará igual a um poeta. Fala-se poesia, fala-se isso... O Governo do Distrito Federal tem problemas na saúde? Tem. Agora, não se pode exigir, fazer chantagem ou ameaçar o Secretário de Saúde. Para isso, existe o diálogo. E o Augusto Carvalho é uma pessoa íntegra e honesta. Passou por esta Casa e aqui fez história. Quem vê a foto dele publicada no jornal, ali na frente daqueles conselheiros... Se fosse eu, também iria embora. Ele ficou ainda por 4 horas! Olhem o tamanho da paciência dele! Eu não ficaria nem 30 segundos.

Quem é o grupo de conselheiros para chegar e falar daquela maneira? Que poder tem para ingerir, para atrapalhar, para mandar? Quem é o Conselho, para fazer isso, para interferir no Governo do Distrito Federal? Ou estamos vivendo uma ditadura?

Os governos têm que ser respeitados.

Na época do Governo do PT, muita coisa faltou. Não se tinha segurança, não se tinha absolutamente nada. Hoje, depois de muita luta, os senhores pastores, bispos e membros de igreja que estão aqui e que estão vendo... Ontem, conversei com um pastor e eu disse a ele da importância da regularização, do anseio de cada pastor.

Se o mundo está ruim, pior seria se não tivesse o apoio das igrejas, dos pastores, dos bispos, das igrejas católicas. Sempre defendi que o ser humano precisa de todas as instituições, das igrejas deste País. Todos nós somos cristãos e tomara Deus que cada uma dessas igrejas recupere um desses meninos de rua. Tenho certeza de que essas instituições têm tirado centenas, milhares deles aqui no Distrito Federal. Continuem assim! Só dessa maneira poderemos ter uma juventude decente e temente a Deus.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	9

Quando se fala em saúde, a cura maior vem lá de cima. Não adianta. Se Deus não quiser, pode ficar o médico tentando a cura, que não salvará ninguém. O doente morre mesmo. Temos que fazer as nossas orações todos os dias. Precisamos respeitar cada uma das igrejas sem jogar fatias em nenhum dos pastores que estão aqui.

Estou falando como Líder do Democratas e quero deixar bem claro que todos que estão aqui – temos o Deputado Leonardo Prudente, que pertence à igreja Sara Nossa Terra; o Deputado Bispo Renato; o Deputado Benedito Domingos, que pertence à Assembléia de Deus; o Deputado Brunelli – pertencem a uma congregação e têm um compromisso político.

Não estou “jogando farpa nem puxando sardinha para a minha lata”. Nunca fui a uma igreja para pedir um voto sequer. Sempre vou à igreja para orar e pedir saúde, paz e tranquilidade para todos nós.

Agradeço a vocês a presença. Podem estar certos de que hoje, mesmo havendo voto contra – quem esteve aqui, ontem, sabe que houve voto contra. Falam a favor, mas votam contra –, o meu voto é “sim”. Estarei aqui até o final para aprovar o projeto de vocês. Um grande abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ao cumprimentar V.Exa. e todos os Deputados presentes, o distinto auditório, nossos assessores e a imprensa, abro mão do uso da palavra como Líder e faço um apelo aos que não tenham informações inadiáveis – a minha informação pode ficar para a próxima semana –, para que possamos abrir mão do Comunicado de Líderes e entrar na votação, em segundo turno, das matérias que aguardam votação.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Faço uma consulta ao Plenário sobre o encerramento do Comunicado de Líderes. (Pausa.)

Passa-se aos Comunicados de Parlamentares.

Pergunto ao Plenário se podemos encerrar o Comunicado de Parlamentares também, para a votação do projeto das igrejas.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece que o Deputado Benedito Domingos quer fazer uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	10

Vou apenas, com a permissão de V.Exa., dada a premência do tempo, ler uma moção que estamos apresentando que manifesta votos de louvor à Polícia Civil do Distrito Federal, nas pessoas que menciona, e a parabeniza pelos serviços prestados. Por quê? Porque dia 21 é o Dia do Policial Civil e, ordinariamente, esta Casa fará, no dia 23, uma homenagem aos Policiais Civis. Peço, então, a V.Exa. que dê prioridade a esta moção, para que possamos aprová-la hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato o pedido de V.Exa. Peço à assessoria da Mesa que a renumere e a inclua na pauta do dia no momento oportuno.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, eu também gostaria de falar o seguinte: estamos aqui, desde o momento em que foi aberta esta sessão, clamando por *quorum*. A maioria dos Deputados estava aqui ao lado, na sala de reuniões. É preciso que votemos o projeto esperado ali pelos pastores, padres e dirigentes de entidades. São bonitas as palmas, são muito boas, mas o que eles querem – e nós também – é a votação do projeto. São 16h25min e nada fizemos aqui. Só falamos! Faço um apelo a V.Exa. para que coloquemos imediatamente o projeto em votação.

Eu queria, ainda, descobrir quem é o Deputado Milton Gomes, que eu não conheço, aqui da Câmara Legislativa. Só conheço 24 Deputados. O Deputado Milton Gomes, não conheço, e consta aqui no documento do Governo.

Para encerrar, comuniquei ao meu Líder, Deputado Cristiano Araújo, no dia 12 de fevereiro de 2009 – recebi no gabinete dele, no mesmo dia, matrícula 17209 -, que estou impossibilitado de compor a Comissão de Segurança. E ontem foi perguntado pelo nosso Presidente, o Deputado Aylton Gomes, ao meu assessor, se eu iria à Comissão. Não irei à Comissão. Já comuniquei que não vou. Não componho a Comissão de Segurança. Já elaborei um documento explicando as razões. Está aqui.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que vou encaminhar o ofício do Deputado Milton Barbosa à Presidência solicitando que seja feita a redistribuição das comissões para que elas possam funcionar normalmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputado Cristiano Araújo. Esta Presidência fica aguardando então o encaminhamento pelo Bloco, do qual V.Exa. é o Líder, para fazermos a redistribuição a fim de que os trabalhos da Comissão de Segurança não fiquem prejudicados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	11

Temos ainda o Deputado Benedito Domingos, que falará como Líder. Antes, porém, vou conceder a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. Após o pronunciamento do Deputado Benedito Domingos, iniciaremos a votação em segundo turno do projeto.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a esta Presidência a inclusão do PDL nº 296 como item extrapauta na Ordem do Dia de hoje. É o primeiro PDL que apresento nesta Casa. Portanto, eu gostaria, dentro do possível, que ele fosse apreciado no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Se não houver nenhuma objeção deste Plenário, acato a solicitação de V.Exa. Solicito ao Sr. Secretário que o inclua na Ordem do Dia de hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Parlamentar desta Casa tem passado um pouco mais de dificuldades devido às Lideranças, que sempre fazem uso da palavra mais de uma vez ou falam sempre que desejam. Às vezes aguardamos a oportunidade dentro do que o Regimento Interno determina para fazermos uso da palavra e darmos as nossas notícias, os nossos recados.

Venho hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, para congratular e parabenizar o jovem advogado da nossa cidade, Sr. Joelson Dias, que chegou aqui vindo de Goiânia com apenas 4 anos de idade. Formado no CEUB, hoje faz parte de escritório de advocacia, juntamente com o Dr. Herman Barbosa. O Sr. Joelson Dias é um jovem e brilhante advogado que tomará posse hoje, às 18h30min, como Ministro Substituto do TSE. Isso, sem dúvida nenhuma, nos traz grande satisfação e orgulho: ver que os nossos jovens, brilhantes advogados, estão galgando postos de suma importância na justiça brasileira, na justiça de nível superior.

Por isso, quero, nesta oportunidade, congratular-me com o Dr. Joelson Dias e deixar aqui um voto de louvor. Solicito que esta Casa aprove uma moção pela sua assunção como Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral, fato que traz muita honra para Brasília.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Faço minhas as palavras de V.Exa. até por reconhecer o trabalho do Sr. Joelson como homem do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	12

Direito e referência como advogado no Distrito Federal. É um cidadão que luta, que defende Brasília. Portanto, esta Casa se regozija com V.Exa. no momento em que, na tarde de hoje, o Dr. Joelson Dias toma posse como Ministro do TSE. Quero dizer que gostaria de subscrever com V.Exa. a moção para que possamos aprovar-a ainda nesta tarde, nos congratulando com o Dr. Joelson como Ministro do TSE.

Quero registrar também, Deputado Benedito Domingos, que hoje estive presente na posse do Diretor-Geral da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquáticos), que também é um cidadão de Brasília, Dr. Tiago Lima, amigo de todos nesta Casa. Ao Diretor-Geral da ANTAQ, os votos desta Presidência por uma excelente gestão.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solidarizo-me com as palavras do Deputado Benedito Domingos, pois o Dr. Joelson é um grande advogado e sou até cliente daquele escritório. Tenho um grande apreço pelo Dr. Herman. Assim, desejo sucesso e toda sorte ao Dr. Joelson nessa empreitada como Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos preparados para começarmos a votação, em segundo turno, do projeto sobre as igrejas, que é a concessão pelo Governo do Distrito Federal para construção das igrejas, como também para tratarmos dos projetos que tratam da escola técnica de Samambaia e do IPREV, que beneficiará os aposentados; itens 11, 12 e 13 da pauta. E também o item 31, que trata do crédito; o item 32, que trata da Brasiliatur e ontem acordamos que faríamos primeiro e segundo turno; e o item 33, que trata de crédito suplementar para diversos órgãos do Distrito Federal.

Em acordo de Liderança decidimos que quando votássemos o crédito referente ao dia 21 de abril, o da Brasiliatur, seria lido concomitantemente um projeto de lei que está sendo ultimado agora e que irá com a assinatura de todos os Parlamentares; isso já decorrente da nossa reunião de ontem à noite com o Fórum de Cultura. A Deputada Erika Kokay está mandando elaborar agora o projeto de lei, que já está pronto e irá com a assinatura de todos nós, para solucionar aquele justo problema que eles trouxeram hoje. Toda vez que houver uma apresentação de grupo de fora da cidade ou de fora do País, ela será precedida por uma apresentação de um grupo local nos eventos bancados pelo Governo. Quando o grupo vier por conta própria, com entrada paga; isso é outra coisa. Eu solicito desde já que os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	13

colegas de bancada aponham suas assinaturas ao projeto de lei. Assim poderemos ter uma tarde mais tranquila, Sr. Presidente. Obrigada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em princípio não temos nenhum problema com a aprovação do crédito em primeiro e segundo turnos para o dia 21, até porque é a última sessão antes desse dia. Entretanto, não podemos concordar – e tenho a certeza de que V.Exa. também não concordaria – em contratarmos grupos de fora e que a comunidade cultural local não tenha espaço.

Nesse sentido, o Fórum de Cultura aqui esteve ontem com a legítima reivindicação de que os eventos culturais, artísticos – quaisquer que sejam nesta ótica, bancados total ou parcialmente pelo Governo do Distrito Federal –, devam ter a participação de artistas ou de grupos aqui do Distrito Federal. O Vice-Governador, Paulo Octávio, ligou-me ontem e conversamos sobre a questão do crédito – não há nenhum problema, não queremos impedir a realização da festa –; entretanto, queremos resolver definitivamente esse problema. Não queremos que o nosso povo, que sabe o que é ser desta cidade – uma cidade que tem um céu sólido, um céu que nos protege, um céu quase vivo, obra de Deus com certeza, que deve ser criança para criar um céu tão belo – tenha artistas excluídos, como aconteceu com o Hino de Brasília em que se pagou um artista baiano para fazê-lo. Não tem como nós, que somos amantes dessa terra, que a adotamos e que aqui criamos nossos meninos e meninas, permitirmos que isso continue acontecendo. Falei isso com o Vice-Governador e falei hoje com a Líder do Governo para que, concomitantemente, pudéssemos apresentar um projeto, e também aprová-lo em primeiro e segundo turnos, que assegurasse a participação sem percentual. Não há percentual de 10, 20 ou 30% para os grupos locais, mas esses grupos devem estar presentes.

Concordamos em votar o projeto em primeiro e segundo turnos, mas achamos que é importante essa correção. Eu dizia isso ontem ao Vice-Governador, que obviamente concordava com essa posição. É óbvio que os nossos representantes da cultura, desse mosaico cultural diverso no Distrito Federal, tenham seus espaços nas apresentações que são bancados total ou parcialmente pelo Governo do Distrito Federal.

Na condição de Líder, digo que é esse o encaminhamento que acordamos.

Eu ria anteriormente, Sr. Presidente, porque a Deputada Eurides Brito falava sobre imaginarmos uma contratação do *show* dos *Beatles*. Eu dizia à Deputada Eurides Brito que não existem mais os *Beatles* há algum tempo. Foi esse anacronismo que me provocou um sorriso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Era apenas isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, como integrante da Frente Parlamentar da Cultura, concordo com as colocações de V.Exa. Certamente devemos ter todas as garantias para que os artistas locais tenham o seu espaço.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. fizesse um apelo para que os Deputados que estejam em seus gabinetes ou na sala do cafezinho possam comparecer para participar da votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência convoca os Deputados para que se dirijam ao plenário porque estamos dando início ao processo de votação do Projeto de Lei Complementar nº 116, que trata da regularização das igrejas. A apreciação desse projeto precisa de *quorum* qualificado, ou seja, 13 votos favoráveis, para sua aprovação.

DEPUTADO RAAD MASSOUEH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Raad Massouh, como estamos em processo de discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2009, solicito que, após esse período, V.Exa. faça o seu pedido que eu o acatarei.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acho que, nesta Casa, não há nenhuma dúvida sobre a importância das entidades de assistência religiosa e de assistência social. Saúde pública é importante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	15

Educação pública é importante. Creio que todas as entidades, tanto de assistência social quanto religiosa, também acreditam na importância das políticas públicas. Lembro as palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda na campanha de 2002, que dizia exatamente o que foi dito pelo Deputado Geraldo Naves: se a situação está ruim, estaria pior se não fossem as igrejas e tantas pessoas que fazem assistência social nesta cidade, muitas vezes com um profundo esforço. Portanto, em tese, não somos contra a regularização de todos os estabelecimentos, lotes ou terrenos onde haja igreja e entidades de assistência social.

Entretanto, Sr. Presidente, é preciso que esse projeto siga a norma e a lei. São 1.191 endereços, dos quais apenas 593 – ou 543, se não me falha a memória – estariam dentro das condições para não serem questionados posteriormente. Existe uma Lei Orgânica no Distrito Federal, na qual consta que, para alterar o uso de solo, para desafetar áreas públicas, há que se ter um procedimento, há que se ter um interesse público. O interesse público é inegável: assistência religiosa e assistência social nas comunidades. O interesse público não está em questão, ele é nítido e explícito. Mas deve haver os estudos técnicos e a participação popular.

Nós temos uma série de endereços aqui colocados que não tiveram a participação popular e os estudos técnicos. Nós temos endereços onde funcionam praças, onde funcionam equipamentos públicos. Estamos falando de patrimônio público que será cedido ou vendido em condições subsidiadas – e não temos nenhum óbice a isso – para entidades de assistência religiosa ou social. Mas não há como se ferir a Lei Orgânica sem que esse projeto não tenha depois um questionamento aposto.

E aí, Sr. Presidente, falar no próprio projeto que a Lei Orgânica será seguida parece-me extremamente artificial, porque ela já não está sendo cumprida quando o projeto chega a esta Casa sem os estudos técnicos e sem a participação popular. Os endereços que serão passíveis de regularização não foram colocados, até ontem, no *site* da Câmara Legislativa. Portanto, a população nem sabe quais são os endereços. Não foi feito o estudo de impacto de vizinhança previsto pelo Estatuto da Cidade. Para o parcelamento, que também é permitido neste projeto, não houve autorização da comunidade lindeira, como prevê a Lei de Parcelamento e do Uso do Solo, lei federal de 1979.

Eu estou falando que, com o projeto como está, se a Lei Orgânica for cumprida realmente como diz o projeto, por volta de 800 endereços serão excluídos. Além disso, algumas coisas não estão claras. É permitida atividade comercial acessória, mas não se fala de quais atividades comerciais acessórias. Ora, nós não temos nada contra que a igreja monte uma biblioteca de livros da sua religião, ou que se vendam, em uma assistência social, roupas usadas, que se faça um bazar. Essas são, sim, atividades acessórias. Mas não temos caracterizado na lei o que são essas atividades acessórias e temos muito medo de que, porventura, alguém que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	16

será seguramente residual possa se utilizar desse benefício para outro fim que não os dos que estão aqui acompanhando esta sessão.

Por fim, há um dispositivo na própria lei que diz que, no terreno em que há atividades múltiplas, ou seja, atividades com fins lucrativos, será dado um prazo para essas atividades cessarem. Acho que os que estão aqui não utilizaram a sua igreja com fins de enriquecimento, mas quem utilizou vai ganhar uma benesse do Estado com o compromisso de encerrar a atividade dali a três meses.

Por isso, Sr. Presidente, eu sugeri desmembrar o projeto. Como não foi aceito, eu falo com muita honestidade, olhando no olho de cada uma e cada um de vocês, que não vou votar favoravelmente a este projeto. Eu não quero votar em um projeto que tem tantas fragilidades, quando poderíamos ter feito um projeto absolutamente dentro da legalidade.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, eu quero dizer que vou votar “sim” ao projeto. Como falei na tarde de ontem, como falamos na Comissão de Assuntos Fundiários e como foi amplamente debatido nesta Casa, até o momento, tenho a convicção de que não há fragilidades no projeto.

Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar o momento da minha fala para fugir um pouco do tema, pois eu ainda não tinha tido a oportunidade de falar. Eu gostaria de alertar a nossa Líder, Deputada Eurides Brito, e também a Deputada Erika Kokay de que, no dia 19 de junho de 2007, eu apresentei um projeto, nesta Casa, versando exatamente sobre o mesmo conteúdo que este projeto. Inclusive, esse projeto de minha autoria já está pronto para ser apreciado, tendo passado inclusive pela Comissão de Constituição e Justiça, que V.Exa. presidiu.

O projeto diz seguinte: “dispõe sobre a abertura de *shows* e eventos assemelhados com o patrocínio do Poder Público”. E diz, no seu art. 1º: “em todos os *shows* e eventos de cantores, bandas ou conjuntos musicais que ocorrerem no Distrito Federal com o patrocínio do Poder Público, a sua abertura deverá ser realizada por músicos, cantores, bandas ou conjuntos musicais do Distrito Federal”. E diz mais: “as empresas ou empresários organizadores dos referidos eventos que não cumprirem com o disposto nesta lei pagarão multa referente a 10% do valor arrecadado na bilheteria, a ser aplicada pelo órgão competente do Poder Executivo”. Então, eu queria solicitar o apensamento deste projeto de V.Exa., pois já há esse outro projeto. E, se possível, até no dia de hoje, se for oportuno, colocá-lo como item extrapauta para ser apreciado. O projeto já está pronto para ser apreciado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PLC nº 116, de 2009, que regulariza as áreas especiais ocupadas pelas igrejas, além de ser justa a sua aprovação, em segundo turno, nesta tarde – eu quero dizer à Deputada Erika Kokay –, teve estudos técnicos realizados sim. E todos têm audiência pública. Todas as fotos chegaram a esta Casa para quem quisesse analisá-las. E todo este processo já acontece há aproximadamente dois anos. Todos nós tivemos a oportunidade de discutir todos os itens, tudo aquilo que foi apresentado, dentro desta Casa, ao longo destes dois anos. O que queremos aqui é fazer justiça àquelas pessoas que trabalham tanto na evangelização quanto no social. E eu gostaria de dizer uma coisa que já foi citada nos jornais, mas que vou repetir: os pastores foram chamados de “invasores”. Pastor algum invadiu área alguma. Eu tenho certeza de que também nenhum padre invadiu. Todos entraram ali sob algum tipo de orientação. Alguma documentação houve para que eles pudessem ali entrar. EU gostaria de agradecer, de público, ao Deputado Paulo Tadeu e ao Deputado Cabo Patrício, que, mesmo sendo do Partido dos Trabalhadores, estão votando a favor deste projeto porque entendem o bem que isso está fazendo à sociedade do Distrito Federal. Não apenas às comunidades evangélicas e católicas e de assistência social. Eu faço um apelo, inclusive ao meu nobre amigo Reguffe, para que S.Exa. nos ajude na aprovação deste projeto, nesta tarde de quinta-feira.

Muito obrigado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que o projeto fosse apreciado imediatamente. Chega de falação!

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência informa que ainda temos inscritos para discutirem: a Deputada Eurides Brito, o Deputado Brunelli, o Deputado Aylton Gomes, o Deputado Reguffe, o Deputado Geraldo Naves, o Deputado Paulo Tadeu e o Deputado Leonardo Prudente. Dessa forma, estão encerradas as inscrições.

Solicito aos Parlamentares que não ultrapassem o tempo de 2 minutos, tempo suficiente para fazer a sua saudação, pois temos sete oradores inscritos.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, voltando ao tema, e sei da ansiedade de todos os nossos amigos de denominações diversas, de entidades sociais, que acompanham as discussões e que estão prestigiando a Casa. O verbo é “prestigar”! Também concordamos com a idéia de que não há, em absoluto, entre os presentes, entre aqueles que estão tratando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	18

há muito tempo da legalização dos seus terrenos, dos locais onde estão as entidades, grileiros ou malfeiteiros.

O país que constrói muitas escolas e muitas igrejas encontra, nessa forma, a melhor forma de combate à violência, aos desvios de caminho da juventude, e contribui para dar uma educação completa à criança. No livro de provérbios, nós encontramos: "ensina" – ou, em outras versões: "educa"; em outras: "instrui" – "a criança no caminho que ela deve andar e, até quando envelhecer, ela não se desviará dele". Essa é realmente a função, o trabalho maior feito pelas Igrejas.

Eu quero me congratular, mas fazer um esclarecimento que eu dei a poucas pessoas, ontem, da imprensa. Todo mundo pensava que sairiam daqui – e, ora, seria bom se pudessem sair" – as instituições com seus processos regularizados. Não! Passará, e nunca qualquer igreja exigiu isso! A igreja tem pedido – e quando eu falo "igreja" eu me refiro a todas" – que... (fallha na gravação) Ninguém quer viver na clandestinidade! Ninguém veio atrás pedindo benesse, para ter um tratamento diferente do tratamento dado aos demais.

E eu me congratulo com o Governo Arruda por ter encontrado, e os Deputados desta Casa ajudaram muito, o caminho certo para que nós saíssemos dessa conversa já levada às congregações, às entidades, anos e anos! E agora é preciso que acompanhemos, para que o trabalho seja iniciado, caminhe e seja completado.

Quando eu fiz, em discussões no ano passado, a emenda que incluiu as instituições sociais também no decreto de igrejas, eu tinha um objetivo, que era mostrar à sociedade, que não conhece, muitas vezes... (corte no microfone).

Então, eu queria dizer que, quando apresentei a emenda para as entidades sociais, foi com o objetivo de mostrar que boa parte das igrejas, ou dentro dos templos, ou em construções fora dos templos, realiza um trabalho social nas comunidades de maior alcance e que, se fossem fechados, se não fossem regularizados, seria terrível para a população do Distrito Federal, que deixaria de contar com esse ambiente acolhedor, orientador, protetor, um ambiente que mostra ao indivíduo, realmente, caminhos da oportunidade.

Eu acho que a votação desse projeto, na tarde de hoje, é dever nosso. Nós não merecemos aplausos nem precisamos deles

Ainda vou dizer uma coisa com que tenho certeza de que todos os Deputados devem concordar — eu gostaria que a Deputada Erika Kokay e todos os outros colegas também me ouvissem: quem aparecer em centros sociais e igrejas pedindo voto em função da aprovação desse projeto, repudiem-no.

Igreja não é para isso. Igreja é para cuidar da nossa vida espiritual. Igreja é realmente para isso, é o nosso oásis. Eu tenho certeza de que todos os votos que serão dados aqui, na tarde de hoje, não serão dados para que, depois, no período de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

eleição, vá-se atrás do púlpito dizer: "eu fiz por você, faça você por mim." Este não é o caminho, e nem Deus abençoaria isso, porque seria usar indevidamente o templo.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a Palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, eu acho que estamos num momento histórico que diz respeito a algo que desde 1993 incomoda todo o Distrito Federal e — por que não dizer? — o Brasil. Graças a Deus e ao trabalho desta Casa junto ao Governo, pois tenho certeza, Deputada Jaqueline Roriz, que também está ouvindo atenta, de que não é uma questão só de força deste Governo, é uma questão de legislação que aconteceu num outro momento para que as coisas pudessem existir.

Estou vendo vários pastores. Quero parabenizar a presença de vocês, pastores e representantes das entidades sociais que, realmente, têm vivido essa opressão desde 1993.

Governos passados fizeram o trabalho de entregar o terreno. Se o terreno não fosse entregue, não haveria a edificação. Então, cada pessoa vai fazendo a sua parte, e a parte que cabe aos outros que vão chegando é organizar outras etapas da vida.

Na Bíblia, vemos que Paulo teve uma missão, e depois essa missão evoluiu graças a outras pessoas. Na nossa vida, todos nós temos missões pontuais e específicas. Eu parabenizo o Governo passado pela doação, parabenizo o Governo atual pela legalização e parabenizo, acima de tudo, todos os pastores.

Quero agradecer às pessoas que têm acreditado na representatividade. A Deputada Eurides Brito falou uma coisa muito importante aqui sobre representatividade: se não tivéssemos, aqui dentro, uma bancada cristã, com pessoas que realmente buscassem o interesse daqueles que professam a palavra de Deus, daqueles que estão cuidando dos idosos, das crianças e dos que estão excluídos pela sociedade, nós hoje não estaríamos aqui falando sobre a aprovação do projeto.

Por isso é importante, sim, o púlpito da igreja. Por isso são importantes, sim, as reuniões de liderança. Por isso é importante fazer aquilo que nós acreditamos: conscientizar o povo que quer transformar uma cidade. Nós não encabrestamos o nosso povo; pelo contrário, nós colocamos em nosso povo uma fé muito viva e transformadora, que é o Evangelho.

O Evangelho o que é? Boas novas. É transformar as pessoas na sua vida social, política e espiritual, sim, e nós acreditamos nisso.

Deputado Leonardo Prudente, Deputado Wilson Lima, Deputada Eurides



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Brito, Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Cabo Patrício, Deputado Bispo Renato, enfim, todos os nossos colegas, com a nossa deferência e o nosso carinho, parabéns por este momento histórico que Deus ocasionou para que pudéssemos ter essa conquista. Parabéns, pastores!

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Brunelli. V.Exa. foi rigoroso no cumprimento do horário. Parabéns, Deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, demais membros da Mesa, nobres pares, nossa querida imprensa, todos os amigos que estão na galeria.

Hoje, realmente, é um momento histórico. Falo isso porque sou oriundo do meio social, sou oriundo da igreja. Sou catequista há mais de 20 anos, e acompanhei a vida dos padres tentando fazer seus puxadinhos, suas salas catequéticas, suas salas de estudos bíblicos. Quantos pastores querem aumentar a sua igreja, e a Administração Pública, baseada numa lei, não permite?

Hoje, eu tenho a grata satisfação de estar aqui nesta Casa e de poder contribuir num ato histórico, juntamente com os demais companheiros, assinalando uma lei que vai dar tranquilidade aos pastores, aos padres, ou seja, a todos que compõem o segmento religioso e que têm um trabalho fundamental, não só religioso, mas também social, na base da sociedade. Fico muito orgulhoso por este momento.

Fica aqui, Sr. Presidente, um apelo deste Parlamentar a V.Exa., aos nobres pares, ao nosso Governador, que está sensível a esta causa, para aquelas denominações que ainda pagam os seus aluguéis. Quantas igrejas hoje ainda estão pagando aluguel? Que o Governador, que esta Casa se sensibilize e aja muito rapidamente. Que não espere 2 anos, tempo em que esta lei ficou nesta Casa, e que, graças a Deus, estamos fazendo com que saia do papel. Vamos buscar esse segmento que hoje paga o seu aluguel para que ele possa desenvolver a sua atividade, possa dar ali uma contribuição para um mundo mais justo, mais humano, mais fraterno. Hoje, o ser humano que não der as mãos, o ser humano que não compor, que não fizer realmente jus à irmandade de Jesus Cristo estará fora de um grande contexto, Sr. Presidente. Acredito que hoje Deus é um só, e nós, como irmãos aqui na Terra, temos que andar de mãos dadas, principalmente quando é para o bem comum, para atender às igrejas, para atender às pessoas que têm seu trabalho voluntário, que têm seu trabalho grandioso na contribuição de uma sociedade mais justa.

Então, a minha palavra é esta, Sr. Governador, quer dizer, Sr. Presidente – já antecipando e fazendo uma profecia –, com certeza, V.Exa., que é um grande



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	21

homem, será o Governador do Distrito Federal. Tenho certeza de que o Governador vai realmente entender esse momento e vai mandar para esta Casa, o quanto antes, uma proposição para que também as igrejas deixem de pagar os seus aluguéis. Não só os de hoje que estão sendo contemplados, mas aqueles que ainda não o foram.

Que Deus abençoe a cada um que teve a paciência de vir aqui assistir a este momento histórico em que esta Casa cumpre o seu papel, que é trabalhar em função do povo.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Aylton Gomes. Agradeço as palavras carinhosas, e quero dizer que tomo posse das palavras de V.Exa.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoas que estão na galeria, quero apenas registrar o meu posicionamento já manifestado na tarde de ontem, mas que repetirei hoje.

Jamais vou deixar de reconhecer o valoroso trabalho social que muitas igrejas cumprem nesta cidade e neste País. Muitas igrejas fazem um trabalho social que o próprio Estado não faz. Aliás, o próprio Estado deveria aprender com muitas igrejas, é um trabalho de inclusão social que deveria ser obrigação do Estado.

Porém, há casos justos e outros não neste projeto. Por isso, não tenho como votar favorável a ele. Eu não estaria sendo correto com a minha consciência. Há realmente casos justos, mas há outros, Sr. Presidente, que não são. Há igrejas e igrejas. Muitas realmente desenvolvem um belo trabalho, que, aliás, tem de ser admirado, até porque cumprem a função que eu acho que um pastor religioso, um ministro que toca o seu rebanho, digamos assim, deve fazer. Mas há outras que não e, neste caso, não tenho como dar o meu voto, até por consciência, da mesma forma como agi na questão dos puxadinhos.

Eu queria apenas registrar o seguinte: há casos justos, mas outros não.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não ia nem fazer essa interferência, mas, ouvindo determinadas coisas, lembrei-me de algumas passagens.

Quando eu era menino, lá em Minas Gerais, em Araguari, minha mãe dizia: "Aquele menino está com o capetinha ali. Precisamos pedir para fazer muita oração para tirar os capetinhas."



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	22

Eu peço aos senhores pastores e bispos que se lembrem de algumas frases que todos conhecem: "É amando que se é amado; é perdoando que se é perdoado; e é dando que se recebe". Essa é a oração de São Francisco de Assis.

Então, eu peço que perdoem aqueles que não vão votar a favor das igrejas, porque estão com o capetinha por ali.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ambiente desta Casa hoje está bastante espiritual. Eu espero que, nesse clima, possamos fazer o debate dessa matéria com a devida importância que ela requer.

Eu já havia me pronunciado na tarde de ontem e resolvi, mais uma vez, Sr. Presidente, pronunciar-me com relação a esse projeto. Eu entendo que esta Casa é uma casa que tem como missão central elaborar leis. E, na minha concepção, leis não podem ser aprovadas ou elaboradas fugindo, inclusive, da própria demanda social que vivemos no dia a dia. Não dá para ter uma casa de leis desconectada das demandas e do ambiente social em que vivemos, porque senão esta Casa poderá começar a elaborar e aprovar leis completamente fora da realidade e das demandas da sociedade.

Sendo assim, primeiro entendo que é dever desta Casa e é papel do Poder Legislativo tratar de matéria como essa que estamos tratando na tarde de hoje, que é exatamente a regularização de templos religiosos. Esta Casa já fez isso no ano passado, mas, infelizmente, por equívocos cometidos pelo Governo do Distrito Federal e também por esta Casa, aquele projeto foi anulado. Já naquele momento, Sr. Presidente, eu votei favoravelmente àquele projeto.

Hoje, voltamos a este Parlamento, com as galerias cheias de representantes e de líderes religiosos, para discutir, mais uma vez, esta matéria. O projeto que está tramitando neste momento tem uma característica: todo o projeto veio do Poder Executivo, da Terracap. Então, se houver qualquer equívoco nesse projeto, a responsabilidade será da Terracap.

Esta Casa, no ano passado, tratou de temas como, por exemplo, a regularização de condomínios. Também tratamos da regularização de quiosques e dos chamados puxadinhos aqui na Asa Norte, na Asa Sul e em outros setores do Distrito Federal. Em todas essas matérias, eu votei favoravelmente, por entender que a Câmara Legislativa do Distrito Federal tem, sim, a obrigação de legislar com o objetivo de regularizar situações que ainda não estão regularizadas. Portanto, eu não poderia votar diferente nessa matéria que trata de templos religiosos. Se a Câmara regularizou puxadinho, se a Câmara regularizou quiosques e condomínios, nada mais justo também que a Câmara regularize a situação dos templos religiosos e também de entidades sociais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	23

Por isso, Sr. Presidente, votarei favoravelmente. Quero aqui dizer a V.Exa., Deputada Eurides Brito, que outros templos ficaram de fora desse projeto. Existe o compromisso de, até a próxima semana, articularmos junto ao Governo e ao Governador uma matéria que contemple os demais setores que ficaram de fora deste primeiro projeto. Eles já estavam no projeto anterior, saíram, não voltaram e agora voltarão na segunda leva.

Quero aqui expor a minha posição. Essa é a posição de um Parlamentar desta Casa, de um Deputado do Partido dos Trabalhadores que, neste momento, tem total concordância com a regularização dos templos religiosos do Distrito Federal. Por isso, Sr. Presidente, esse será o meu voto na tarde de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado Deputado Paulo Tadeu.

Concedo a palavra Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, pessoal da galeria, pastores e padres, como eu disse ontem, é uma alegria votar esse projeto, porque eu tenho o seguinte entendimento, que ao longo do tempo venho falando: é muito melhor – é uma coisa simplista, mas é verdade – termos igrejas do que termos uma quantidade muito grande de bares, que atraem a nossa juventude.

Outra coisa: se a missão da igreja é evangelizar, a missão da igreja também é muito social. Quando a igreja faz o seu projeto social e tira as crianças e os jovens das ruas, está contribuindo e muito para uma cidade com mais segurança e uma cidade muito melhor.

Portanto, quero dizer a vocês que sou favorável ao projeto, voto “sim” no segundo turno, porque é um projeto esperado com muita ansiedade e é um projeto vital para o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde a todos. Sr. Presidente, Srs. Deputados, galeria, jornalistas, é com muito prazer que hoje venho falar um pouco do que foi feito no governo passado para que as igrejas estivessem onde estão. Se cada templo religioso hoje foi edificado, foi porque existia um governante que dizia que, onde tivesse uma Igreja, menos marginalidade haveria.

Então, acredito, sim, nesse projeto. Acredito que nós devemos nos unir, independentemente de partido e de religião, e votar. Enquanto houver uma igreja que ainda não foi contemplada, lutaremos por ela. Segundo a Professora Eurides Brito, semana que vem, isso já vai acontecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	24

Então, agradeço a esta Casa; a vocês, pastores e padres, a todas as pessoas que compartilharam desses momentos de angústia esperando essa regularização.

Parabéns! Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comunidade aqui presente, que aguarda a aprovação do projeto, subo a esta tribuna para fazer um breve relato.

Nós já tivemos o Governador Roriz, que teve a maior boa vontade em aprovar projetos de autoria de vários Deputados que aqui estavam à época, como o Deputado Paulo Tadeu e o Deputado Leonardo Prudente, entre outros. Nós fizemos projetos, aprovamos aqui, e ele sancionou.

Por uma infelicidade, não sei por que o Ministério Público entrou com uma ADI e ganhou, ou seja, tornou a lei inconstitucional. Isso foi um absurdo, porque na verdade nós estávamos apenas regularizando aquilo que estava ocupado. Nós fizemos isso aqui. Eu acho que foi um crime porque a população já aceitava e aceita até hoje os templos que estão edificados. E hoje alguém vem à tribuna dizer que precisa de mais isso, de mais aquilo... As audiências públicas já estão claras, notórias, porque não há nada que alguém fale que seja contrário a algum templo edificado. Hoje, não há.

O Governador Arruda, numa feliz iniciativa, mandou o conjunto de todas as edificações que não estão regularizadas hoje, num projeto só, para que fosse aprovado. Se Deus quiser, hoje nós estaremos cumprindo a nossa missão de Deputados aqui, como instrumento da mão de Deus, para aprovar esse projeto, num gesto de liberdade, numa ação libertadora, e tirar as algemas do povo que precisa de terrenos, que precisa de espaço para fazer o bem comum. A população em geral precisa disso.

Então, hoje esta Casa está cumprindo o seu papel de fato e de direito e está soltando as amarras. Portanto, estão de parabéns os Deputados que estão votando a favor. Até me permitam dizer que infelizmente ainda há Deputado aqui que tem uma cabeça que não cresceu e que votará contra. Eu não sei por que razão estão fazendo isso. Mas a Casa tem obrigação, porque o povo quer. É o povo que quer e exige, e nós somos os verdadeiros representantes.

Muitos projetos hoje estão sendo consolidados e, com certeza, vocês sairão daqui e darão a notícia ao povo cristão de Brasília e às entidades que prestam serviço à comunidade de que as amarras foram soltas, as algemas caíram e as correntes não existem mais!

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, boa-tarde, Parlamentares presentes. Fiz questão de usar a tribuna neste momento para primeiro dizer que ontem eu não estava presente no momento da votação porque estava no posto médico.

No momento em que se vota o segundo turno, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar aqui o compromisso que o Governo Arruda assumiu de buscar a regularização de inúmeras situações que foram nascendo e crescendo na nossa cidade. Tive o privilégio de, enquanto Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, participar do processo de regularização de quiosques, de camelôs, de ambulantes, de condomínios e, neste momento em que se regulariza a questão das igrejas, nada mais natural que pudéssemos aqui, mais uma vez, aplaudir esta iniciativa do Governo do Distrito Federal. E aplaudir por quê? Porque realmente, se nós temos mais do que qualquer outra coisa o objetivo de buscar a regularização de uma cidade, de resgatar aquilo que é regular na nossa cidade, não poderíamos deixar de regularizar essa questão das igrejas. Seria até, permitam-me dizer, um pecado não fazê-lo, Sr. Presidente.

Então, quero parabenizar o Governo do Distrito Federal e todos os pastores, padres, aquelas pessoas que são lideranças espirituais, que estão aqui para nos ajudar nesse processo e, acima de tudo, quero parabenizar a Câmara Legislativa, pois todas as vezes que ela é convocada para se manifestar, independentemente das divergências que possa haver — e há, é natural e justo que assim seja —, ela se faz presente. Parabenizo a todos. Realmente, este é um momento ímpar, um momento muito importante para Brasília, porque permite que não deixemos o pecado se perpetuar. Neste momento, regularizamos as igrejas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Vou fazer um comentário muito rápido, porque estamos ansiosos, juntamente com os senhores, para a votação.

Agradeço a presença de cada um que hoje vem dar brilho a esta Casa. Quero solicitar à *TV Distrital* que possa focar a imagem porque esta é uma data histórica para esta Casa, para o segmento religioso, para as igrejas, para as instituições sociais. Que a nossa *TV Distrital* possa focar essa imagem, a que estamos assistindo daqui desta tribuna. Solicito, também, que uma das câmeras, após a votação em segundo turno, colha alguns depoimentos de representantes de instituições sociais, de igrejas, de templos, para que, efetivamente, possamos começar o primeiro Programa na Galeria, um programa semanal que queremos implantar na Casa. Que esse programa comece com os depoimentos dos senhores que estão aqui hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	26

Hoje, é uma data muito especial, muito abençoada. Teremos a grande oportunidade de votar um projeto já tão esperado por todos os senhores e por toda a sociedade de Brasília. Como foi dito pelo Deputado Aylton Gomes, é um momento, também, para nós, juntos, darmos as mãos, Deputado Cabo Patrício, para que a outra etapa possa ser cumprida, pois estamos regularizando as áreas edificadas, mas existem muitas áreas lindeiras a essas áreas — áreas para estacionamento, para o crescimento do templo —, que precisam ser agregadas ao templo, que não estão contempladas nesse projeto. Esse será o segundo projeto que o Governador assumiu o compromisso de encaminhar a esta Casa. O terceiro diz respeito às novas áreas, às expansões, até porque as igrejas vêm crescendo. É importante que o trabalho cresça e sejam disponibilizadas novas áreas também para a edificação de novos templos em todas as cidades. Esse será um segundo momento, sobre o qual nos debruçaremos.

Parabéns aos senhores, aos Deputados e a todos aqueles que trabalharam diuturnamente para que pudéssemos chegar a este dia tão esperado.

Continua em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2009. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder do Governo.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim” à sua bancada.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	27



DATA: 16/04/2009

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 16/04/2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 116/09
 PROJETO DE LEI Nº(S)
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
 RECURSO Nº (S)
 REQUERIMENTO Nº (S)
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRÍSTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB					
	RÔNEY NEMER	PMDB					
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	19	2		3	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO-PÓR

ASSINATURA	MAT.	ASSP/ Nº /
		FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis e 2 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitei o uso da palavra apenas para lembrar o que V.Exa. afiançou que mandaria o projeto para cá e não publicaria enquanto o projeto não chegasse. Isto para corrigir as outras situações.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputado Milton Barbosa.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um aspecto a que quero me referir é este já levantado pelo Deputado Milton Barbosa sobre a necessidade de que seja aberto para as entidades, obviamente dentro do caráter da legalidade, para que outras entidades também possam se posicionar nesse sentido.

Por fim, quero dizer – e eu me inscrevi apenas por isso – que não é verdade que todos os endereços foram objeto de laudo técnico e de audiência pública. Não é verdade, porque estamos nos baseando no próprio documento encaminhado pela Terracap. O anexo 7, por exemplo, não tem laudo de viabilidade urbanística. Há uma parte dos endereços regulares, que poderiam ser imediatamente passíveis de um processo de legalização; há outra parte em que foram realizadas audiências públicas, mas não houve os estudos técnicos; em outra parte não há nem registro imobiliário.

É importante que tenhamos absoluta clareza de todas as informações para que depois ninguém se sinta atingido na sua boa-fé. Nós nos baseamos no laudo da Terracap. Houve uma verificação dos endereços com fotografias para se constatar que havia edificações. Isso houve. Mas não houve o procedimento legal. Há lotes que são do Distrito Federal, portanto lotes para equipamentos públicos como creches, praças, para a Saúde, que não podem ser regularizados sem que haja os procedimentos estabelecidos na Lei Orgânica do Distrito Federal. Ferir a Lei Orgânica é resvalar para o caminho da inconstitucionalidade.

Portanto, Sr. Presidente, quando falamos que existe uma parcela de lotes fora dos critérios previstos pela legislação federal, pela Constituição e pela Lei Orgânica do Distrito Federal, nós não estamos utilizando argumentos falaciosos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	29

Estamos nos baseando no estudo encaminhado pela própria Terracap e nos estudos que o nosso gabinete realizou.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Brunelli para declaração de voto.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar aqui o nosso agradecimento a Deus, nossa manifestação aos Deputados Distritais que têm pensamento diverso da antecessora, Deputada Erika Kokay. Tenho certeza de que muitos efeitos legais vão se produzir para o benefício da sociedade.

Entendemos que ajustes da legislação se fazem necessários ou se farão, e ao tempo. A norma do direito é exatamente esta: as mudanças do pensamento social vão se fortalecendo e se estruturando e os legislativos vão se aprimorando para dar a garantia maior, que é a questão da necessidade da vontade social. E a vontade social, Deputado Leonardo Prudente, nada mais é que haja a legalidade e a legitimação. Quanto às entidades sociais, é preciso ter uma escritura para fazer convênios com o BNDES, com o Governo federal e com o Governo Local, mas elas não têm uma escritura para dizer: Onde estamos? Quem somos? Será que somos forasteiros? Será que começamos aqui e vamos embora? Então, a escritura nada mais é do que a garantia de dizer que você veio para ficar. E o Estado acerta, o Governo acerta quando faz esses ajustes, o Ministério Público acerta quando também faz referência à boa vontade que há coragem dos legisladores em aprovar isso, Deputado Benício Tavares! Deputado Leonardo Prudente, não podemos apagar a história de pessoas que, com boa vontade no seu tempo, poderiam ter feito isso e fizeram isso antes de 1993.

Se existem caos e percalços são porque a sociedade e as regras na Administração Pública vão se tornando rígidas pelas competições que existem no volume econômico e financeiro. Então, foi aprovada a lei de licitações, Lei nº 8.666, que não deu uma brecha. Até as concessões que o Estado tem de permitir precisam ser licitadas. Hoje, nós fazemos um grande acerto para fazer aquilo que nós viemos propor aqui: representar interesses legítimos.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

final, observando-se o acordo feito na sala do cafezinho quanto à publicação, após a vinda do outro projeto das igrejas.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Com a anuênciade este Plenário – e se alguém for contrário que se manifeste –, a publicação da lei está condicionada à chegada de uma mensagem, porque o Sr. Governador assumiu o compromisso de encaminhar a esta Casa os terrenos que ficaram fora dessa lista. Esse acordo foi feito, inclusive, com a Líder de Governo. Como Presidente, não tenho poder para segurar, mas o Plenário é soberano e pode deliberar sobre esse assunto.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 69, de 23/04/2009, juntamente com a ata sucinta da 30ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que a Moção nº 340, que já está na pauta, seja votada hoje. Peço também que seja incluída na Ordem do Dia, como item extrapauta, a Moção nº 343. Essas duas moções já estão com votação bastante atrasada.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Votaremos as moções em bloco caso não haja destaque.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	31

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a inclusão, como item extrapauta, do Projeto de Lei nº 382, que dispõe sobre a abertura de *shows* e eventos assemelhados com o patrocínio do Poder Público. Esse projeto está pronto para ser votado, já foi aprovado em todas as comissões, não requerendo parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato o pedido de V.Exa. Após a votação dos projetos que já estavam acordados – os projetos do Executivo -, não há óbice em colocar o projeto de V.Exa. em discussão e votação.

Acato o pedido do Deputado Raad Massouh e incluo na Ordem do Dia a Moção nº 343, que foi lida. Votaremos também a Moção nº 340, que já se encontra na Ordem do Dia, item nº 60.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa a gentileza de incluir na Ordem do Dia para votação as Moções nºs 346 e 347. Solicito também a votação da Moção nº 339.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato o pedido de V.Exa.

Item nº 12:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a doação à União dos imóveis que menciona, localizados na Região Administrativa de Taguatinga – RA III”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, oriento a bancada do Governo a votar “sim” para contribuirmos com o desenvolvimento da educação tecnológica e técnica no Distrito Federal, por meio da construção, pelo Governo Federal, de mais uma escola técnica.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota “sim”. Louvamos o fato de termos no Distrito Federal uma iniciativa do Governo Lula, fundamental para que possamos romper os muros que impedem a visão de futuro para os nossos meninos e meninas.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	33



DATA: 15/09/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

**VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO
 REDAÇÃO FINAL EM / /2009**

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 121/09
 PROJETO DE LEI Nº(S)
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
 RECURSO Nº (S)
 REQUERIMENTO Nº (S)
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo
 Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB			X		
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT			X		
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X		
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT			X		
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUSH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB			X		
	RÔNEY NEMER	PMDB			X		
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	18		6		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA		ASSP/PLC Nº 121_109
CONSOLIDADO POR Assinatura		FOLHA Nº 1175
MAT. 1380		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 06 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

“Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a doação à União dos imóveis que menciona, localizados na Região Administrativa de Taguatinga – RA III”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço apenas que sejam incluídos como itens extrapauta – e podemos ter até uma votação em bloco, se assim não houver qualquer tipo de oposição – 3 requerimentos de minha autoria para a realização de audiências públicas. Uma para discutir a situação dos moradores do Núcleo Rural Rajadinho II, a outra para discutir a formação dos educadores que atuam com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, e a última para discutir a situação de adolescentes ameaçados de morte no Distrito Federal que estão sob a proteção do PPCAN– Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, dirigido a adolescentes do Governo federal. São esses 3 requerimentos, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu acato o pedido de V.Exa., incluindo os requerimentos na Ordem do Dia. Depois faremos, se houver anuênciia do Plenário, a votação dos requerimentos e das moções em bloco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	35

Item nº 13:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.165, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.045.435.043,00 (um bilhão, quarenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quarenta e três reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permanecem como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

“Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.165, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.045.435.043,00 (um bilhão, quarenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quarenta e três reais)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 31:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.164, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 15.586.659,00 (quinze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, seiscientos e cinquenta e nove reais)”.

Comunico que foram apresentadas 25 emendas na Comissão de Economia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Orçamento e Finanças e 1 emenda de plenário ao projeto. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto e suas emendas.

A Presidência convida o Presidente da CEOF, Deputado Cristiano Araújo, para emitir parecer sobre o projeto e as emendas a ele apresentadas.

(Pausa.)

Eu gostaria de dar uma sugestão: que passemos para a votação do item seguinte, Item nº 32 da Ordem do Dia, enquanto os técnicos fazem a avaliação das emendas que foram apresentadas ao PL nº 1.164, de 2009.

Item nº 32:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.197, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas quero dizer que foi acordado, com a anuência de V.Exa. e de todos os Deputados, que – o projeto ainda não tem parecer –, tão logo seja realizada a votação em primeiro turno, discutiremos o projeto que assegura a participação dos artistas da comunidade cultural local.

Quero apenas lembrar que, antes da votação...

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputada Erika Kokay. Quero apenas que V.Exa. me passe o número do projeto para que eu possa incluí-lo na Ordem do Dia, assim como fiz com o projeto do Deputado Batista das Cooperativas, que trata de assunto similar.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto do Deputado Batista das Cooperativas pode ser apensado a esse projeto.

Por uma questão de honestidade intelectual, há também um projeto de autoria da Deputada Luzia de Paula que versa sobre assunto semelhante. Sugiro que ele também seja apensado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acatando a solicitação de V.Exa., incluo na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 1.208. Enquanto votamos os itens econômicos, solicito à Assessoria de Plenário que verifique a pertinência ou não do apensamento. Salvo melhor juízo, trata-se de projetos complementares, portanto, não haverá conflito. Poderiam ser votados os 2 projetos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	37

Solicito à Assessoria de Plenário que faça uma avaliação sobre a pertinência ou não do apensamento. De qualquer forma, estão incluídos na Ordem do Dia.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, concomitantemente, seriam apreciadas as duas proposições?

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me colocar que não são projetos complementares, são projetos rigorosamente iguais. Concordo com a Deputada Erika Kokay em relação ao apensamento, mas busco amparo regimental, uma vez que o nosso projeto é mais antigo; inclusive em relação ao projeto da nobre Deputada Luzia de Paula. Assim, solicito que esses dois projetos sejam apensados ao nosso. Eles são rigorosamente iguais; aprovados, inclusive, nas comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não deliberarei agora sobre a questão de ordem de V.Exa., mas, tão logo a assessoria faça a avaliação, eu lhe darei uma posição. Há tempo para que isso seja feito ainda nesta sessão.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.197, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento”.

Conforme já debatido nesta Casa, esse crédito realoca recursos para as festividades do dia 21 de abril, aniversário de Brasília. Ele tira crédito de várias rubricas e dota-o à Brasiliatur, para pagamento de artistas diversos.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não vemos nenhum óbice. Portanto, somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votarei contrariamente ao projeto. Penso que, realmente, deve-se comemorar o aniversário de Brasília, mas considero 4 milhões de reais um gasto excessivo de dinheiro público para tal festividade. Em uma cidade em que os hospitais públicos encontram-se no estado em que estão, 4 milhões de reais para uma festa, na minha opinião, é um valor excessivo. Por isso, votarei contrariamente. É a minha posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Item nº 31:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.164, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 15.586.659,00 (quinze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, seiscientos e cinquenta e nove reais)”.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.164, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 15.586.659,00 (quinze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, seiscientos e cinquenta e nove reais)”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, foram acatadas as seguintes emendas: Emenda Aditiva nº 1, de autoria do Deputado Wilson Lima; Emenda Aditiva nº 2, de autoria do Deputado Aylton Gomes; Emenda Aditiva nº 3, de autoria do Deputado Benedito Domingos; Emenda Aditiva nº 4, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda Aditiva nº 5, de minha autoria; Emenda Aditiva nº 6, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda Aditiva nº 7, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda Aditiva nº 8, de autoria do Deputado Aylton Gomes; Emenda Aditiva nº 9, de autoria do Deputado Wilson Lima, a pedido da Secretária Eliana Pedrosa; Emenda Aditiva nº 10, de autoria do Deputado Benício Tavares; Emenda Aditiva nº 11, de autoria do Deputado Benício Tavares; Emenda Aditiva nº 12, de autoria do Deputado Benício Tavares; Emenda Aditiva nº 13, de autoria do Deputado Benício Tavares; Emenda Aditiva nº 14, de autoria do Deputado Benício Tavares; Emenda Aditiva nº 15, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda Aditiva nº 16, de autoria do Deputado Leonardo Prudente; Emenda Aditiva nº 17, de autoria do Deputado Paulo Tadeu; Emenda Aditiva nº 18, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda Aditiva nº 19, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda Aditiva nº 20, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda Aditiva nº 21; Emenda Aditiva nº 22, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda Aditiva nº 23.

Também foram acatadas as seguintes Emendas Modificativas: Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Wilson Lima, a pedido da Secretária Eliana Pedrosa; e Emenda Modificativa nº 2, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores.

A Emenda Modificativa de Plenário foi retirada a pedido do autor, Deputado Bispo Renato.

Portanto, somos pela admissibilidade do projeto com o acatamento das emendas citadas.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permanecem como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permanecem como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item nº 55:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 334, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “hipoteca votos de louvor e parabeniza os médicos, enfermeiros e profissionais de saúde do Hospital Regional do Gama – HRG, na pessoa de seu diretor, Sr. Robson Umbelino de Brito, pelo aniversário de 42 anos de funcionamento e pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Gama e do Distrito Federal”.

Item nº 56:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 336, de autoria do Deputado Aylton Gomes, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Coral da UnB pelos seus 28 anos de fundação”.

Item nº 57:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 337, de 2009, de autoria do Deputado Aylton Gomes, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Coral dos Cinquentões da UnB pelos seus 10 anos de fundação”.

Item nº 59:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 339, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que “parabeniza o Sr. Gonçalo Aquino Cardoso – Sivuquinha – pelos relevantes serviços prestados à cultura do Distrito Federal”.

Item nº 60:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 340, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Nova Colina as pessoas que menciona”.

Item nº 61:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 341, de 2009, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “hipoteca votos de pesar ao povo italiano pelo prejuízo arquitetônico/cultural e, principalmente, pelos óbitos registrados devido ao terremoto ocorrido da região central da Itália”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 345, de 2009, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à Polícia Civil do Distrito Federal as pessoas que menciona”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 04 2009	15h50min	30 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	41

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 343, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal as pessoas que menciona”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 346, de autoria do Deputado Brunelli, que “parabeniza pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal os Bombeiros Civis do Distrito Federal, ligados ao Instituto Nacional de Desenvolvimento da Profissão de Bombeiro Civil Particular – INADEBOP e demais colaboradores desta profissão”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 347, de autoria do Deputado Brunelli, que “parabeniza pelos relevantes serviços prestados ao trabalhador brasileiro e de forma substancial ao trabalhador brasiliense”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 18 Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência encerrará esta sessão, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para aprovação do segundo turno do crédito, bem como para a votação dos requerimentos e das solicitações feitas pelos Deputados. Portanto, a pauta da sessão ordinária está valendo, bem como as inclusões que foram solicitadas pelos Srs. Deputados para votação em primeiro turno na sessão extraordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h14min.)